

ECONOMIA

Arquivo/AE



FHC: só plano Itamar.

Nesta página: o presidente Itamar diz que o País não pode continuar em recessão, mas anuncia cortes pesados no Orçamento. O ministro Fernando Henrique anuncia que sua política econômica vai se ater ao plano Itamar. **Página 9:** Barelli recua na proposta de reduzir a carga de tributos sociais das empresas, mas ela começa a ser debatida pela sociedade. **Seu Dinheiro:** com alta de 1,6%, a bolsa de São Paulo sustenta 12 pregões de índices positivos. O volume negociado, de US\$ 170 milhões, foi recorde no ano. **Página 11:** confira as vantagens de fazer roupas sob medida.



Mais dólares
nas viagens
a países do
Mercosul

Itamar insiste: não à recessão.

PRESIDENTE DIZ QUE PAÍS NÃO PODE CONTINUAR COM ESSA MASSA DE DESEMPREGADOS. MAS VAI CORTAR ORÇAMENTO.

TÂNIA MONTEIRO,
DE BUENOS AIRES

O presidente Itamar Franco proclamou ontem, em Buenos Aires, que o Brasil não pode continuar na recessão e que precisa encontrar um caminho para sair disso. “O Brasil não pode continuar com essa massa de desempregados” — declarou o presidente. Na mesma entrevista, Itamar Franco avisou que promoverá “cortes pesados no orçamento” para poder pagar o funcionalismo público (veja box ao lado). Os cortes serão decididos pelo presidente após analisar relatório dos ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e do Planejamento, Alexis Stepachenko. “Não vamos emitir moeda e nem aumentar impostos. Por isso vamos ter que cortar”, explicou Itamar Franco.

Ele defendeu ainda a necessidade de implantação de uma nova política salarial para os funcionários civis e militares. Advertiu, entretanto, que a política dos servidores não poderá acompanhar a do setor privado. O setor privado, conforme explicou o presidente, pode repassar os custos do aumento de suas folhas para os preços. Já o governo, além de não poder aumentar os preços, não pode demitir como a iniciativa privada costumam fazer quando as despesas aumentam muito.

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, afirmou que se dependesse dele, o aumento do funcionalismo não seria de 85%, mas muito menos. Para Fernando Henrique, o País não tinha condições de dar esse aumento. Ele lembrou que enquanto a arrecadação cresceu 24% de janeiro a abril deste ano, a folha de pagamento subiu 29%. “Para pagar essa diferença, temos que tirar o dinheiro de algum lugar. Por isso, os cortes são necessários”, declarou ele, após justificar que quem decide se dará mais do que isso é o Congresso. Mas fez a ressalva de que todos pagarão por isso.

“Se o Congresso quiser dar mais, pode dar”, afirmou o ministro. “Se querem cortar em saúde, educação, estrada, para dar para o funcionalismo, tudo bem”. Ele disse ainda que outro caminho seria emitir moeda, mas destacou que isso gera inflação e vai diminuir o salário do funcionalismo do mesmo jeito.

O ministro da Fazenda voltou a explicar que não prometeu índices nem prazos ao falar sobre seus planos no governo. “O que eu disse é que dentro de dez dias explicaria a forma como está sendo executado o plano. Não é um novo plano, nem novas medidas. São as mesmas, apenas com esclarecimentos sobre a sua aplicação”.